



Narcisimo às avessas e a nossa filosofia brasileira

Narcissism to adverbs and our Brazilian Philosophy

John Karley de Sousa Aquino¹
johnksousa@gmail.com

*“Sons, palavras, são navalhas
E eu não posso cantar como convém
Sem querer ferir ninguém”*

Apenas um rapaz latino-americano, Belchior

Resumo: O artigo argumenta que o paradigma filosófico brasileiro atual é de origem uspiana. Tal paradigma se basearia no método estruturalista de leitura e interpretação de texto em detrimento da atividade crítica e criativa. Tal modo de fazer filosofia partiu do pressuposto de que no Brasil não existiria cultura filosófica e que por isso seria preciso primeiro acumular alguma experiência para apenas depois nos aventurarmos filosoficamente. Porém, devido nosso narcisismo às avessas tendemos a nos considerar incapazes de criar filosofia, nos limitando a ler, interpretar e comentar os tidos como verdadeiros filósofos, que seriam os europeus e norte-americanos. O objetivo geral deste escrito é problematizar a nossa maneira de fazer filosofia baseada na exegese textual e no comentário de matriz uspiana.

Palavras-chave: USP; Filosofia; Brasil.

Abstract: The article argues that the current Brazilian philosophical paradigm is from uspian origin. That paradigm would be based on the structuralist method of reading and interpreting text to the detriment of critical and creative activity. Such way of doing philosophy started from the assumption on which in Brazil there would be no philosophical culture and that, for this reason, it would be necessary to first accumulate some experience and only then to venture philosophically. However, due to our narcissism inside out we tend to consider ourselves incapable of creating philosophy, limiting ourselves to reading, interpreting and commenting on those considered to be true philosophers, who would be Europeans and Americans. The general goal of this writing is to problematize our way of doing philosophy based on textual exegesis and commentary by Uspian matrix.

Keywords: USP; Philosophy; Brazil;

1 Professor EBTT do IFCE/Campus Itapipoca. Doutorando em Filosofia pelo programa de pós-graduação em filosofia da Universidade Federal do Ceará (UFC). Membro do GP-MAR-CUSE (UECE), do GEM (UFC) e do CENTELHA (IFCE).

Introdução

Anteriormente éramos exportadores de café e importadores de ideias, atualmente diversificamos nossa economia e exportamos mais do que café, mas continuamos importando as ideias que consumimos aqui dentro.

Um sério problema para a nossa recente cultura filosófica no Brasil é o nosso “*complexo de vira latas*”² que nos faz ter uma imagem negativa de nós mesmos. Julgando-nos inferiores a determinados povos, padecemos daquilo que Nelson Rodrigues chamou de *narcisismo às avessas*.

Ao nos apequenarmos acabamos engrandecendo os outros, sobretudo os europeus e norte-americanos. Aqui tendemos a pensar ou pelo menos desconfiar que tudo é pior, pois “o brasileiro continua sendo aquele Narciso às avessas que cospe na própria imagem. A nossa tragédia é que não temos o mínimo de autoestima” (Rodrigues, 1993, p.200). Em filosofia essa crença é um obstáculo a nossa criatividade e autonomia filosófica, pois acabamos partindo do pressuposto, equivocado, de que filosofia é coisa de gênio, de gente excepcional, algo que não existiria por aqui, mas apenas nos países ricos e desenvolvidos. Filósofos seriam os alemães, os franceses, ingleses etc. enquanto nós não poderíamos ser, porque entre nós faltaria cultura. Os filósofos seriam gênios irrepetíveis e por isso quando nos dedicamos a atividade filosófica nossa reflexão é travada pela convicção de que não podemos filosofar por conta própria, mas que devemos partir “deles”, dos “verdadeiros filósofos”.

Os filósofos possuiriam uma grandiosidade intelectual que nunca alcançaremos e que chega a ser ofensivo duvidar deles, criticá-los, ou o pior sacrilégio, pensar que podemos superá-los. É somente Jürgen Habermas que tem competência para criticar Hegel ou Kant, não sendo tarefa de um “José” ou de um “Francisco”. Cabe aos Franciscos e Josés que se formam em filosofia no Brasil entender a crítica de Habermas a Hegel ou Kant e debater (se debaterem) entre si qual a melhor interpretação da crítica habermasiana a Hegel e Kant. Abrimos mão de nossa autonomia intelectual e originalidade filosófica devido ao nosso coletivo narcisismo às avessas, que nos impele a nos entender pior do que realmente somos.

O **objetivo geral** deste escrito é problematizar a nossa maneira de fazer filosofia baseada na exegese textual e no comentário. A nossa tradição filosófica, a uspiana, não incentiva e nem permite formar filósofos, no sentido forte do termo, mas especialistas em filosofia que irão manter o *status quo* e continuar reproduzindo a pequena política dos departamentos universitários, preservando prestígios e autoridades intelectuais em detrimento da originalidade e criatividade filosófica.

Este escrito surge de uma inquietação pessoal e do diálogo com camaradas que compartilham o mesmo desconforto sobre o tema. Desde a graduação temos a sensação de que somos inibidos intelectualmente, incentivados a ler mais do que

2 “Por ‘complexo de vira-latas’ entendo eu a inferioridade em que o brasileiro se coloca, voluntariamente, em face do resto do mundo” (Rodrigues, 1993, p. 51).

escrever, a respeitar mais do que julgar e a nos contentar com nosso lugar na “divisão internacional do trabalho intelectual” de meros interpretes e divulgadores da filosofia que é produzida nas metrópoles, no centro do sistema. Como país periférico, nossa dependência econômica é completada por essa dependência cultural que nos faz ser vítimas de uma colonização intelectual que nos comete virar as costas para nossa realidade e olhar para fora, em um esquecimento de si mesmo e da realidade ao nosso redor, continuando a ser “uns desterrados em nossa terra” (Holanda, 1995, p. 31).

No presente escrito não tenho pretensão alguma de bater o martelo sobre tal questão, apenas estou pensando em voz alta sobre a nossa maneira de fazer filosofia. O que apresento é uma reflexão pessoal e hipóteses, pois me considero no direito de arriscar e errar, apesar de que espero estar certo.

Tradição exegetica uspiana

Entre nós a filosofia universitária é de orientação uspiana desde os anos 60 pelo menos, de modo que o que se entende por filosofia nos departamentos universitários brasileiros é o que se definiu como filosofia na USP dos anos 30 aos 60. Por influência do estruturalismo francês se estabeleceu entre nós a ideia de que filosofia é leitura e interpretação de textos filosóficos em um “esforço de compreensão interna” (Arantes, 1994, p. 17). A chamada *Missão francesa* na USP e seus continuadores nacionais generalizaram entre nossos filósofos a noção de que não interessaria a “verdade” de uma teoria filosófica, isto é, se o que Aristóteles, Kant ou Hegel disse ou escreveu é verdade ou não, mas *entender* o que eles disseram ou escreveram³.

Na concepção do “pai” da filosofia uspiana, o francês Jean Maugüé (1904-1990),⁴ era preciso estabelecer as bases filosóficas de um país sem nenhuma tradição filosófica que estava mais interessado em copiar a última moda intelectual parisiense do que “pensar por conta própria”. Era preciso que os nossos filósofos antes de tentarem filosofar se preparassem, conhecessem a tradição filosófica clássica, adquirindo o instrumental conceitual básico para se arriscar nas aventuras do espírito. Daí “Maugüé concluía: o ensino de filosofia deverá ser principalmente histórico” (Arantes, 1994, p. 72) e aqui história significa conhecer os textos dos clássicos da filosofia que lançaram as bases desse saber milenar que estava sendo importado para São Paulo.

A leitura estrutural do texto que foi importada pela missão francesa para a USP partia de dois pressupostos: (1) da autonomia do discurso filosófico que deveria ser preservada através da compreensão da lógica interna do texto, que devia

3 No que Paulo Arantes define como um total “desinteresse pela verdade material das doutrinas” (Arantes, 1994, p. 17).

4 Foi um filósofo e professor francês do curso de filosofia da USP de 1935 a 1944. Deixou o Brasil para se unir a resistência francesa aos nazistas durante a segunda guerra.

ser respeitada; (2) da convicção de que não existia tradição filosófica no país e que era necessário, antes das aventuras intelectuais autônomas, a preparação pedagógica dos aspirantes a filósofos no Brasil.

Essa formação era tida como propedêutica. Maugüé pensava que após estarmos minimamente familiarizados com a grande tradição filosófica europeia estaríamos aptos a filosofar por conta própria. O problema é que ficamos apenas nessa primeira etapa e acabamos por converter “(...) o apego a tradição clássica em cacoete, a ponto de balizarmos qualquer assunto segundo o metro da *citação permanente de algum clássico de plantão* (grifo nosso)” (Arantes, 1994, p. 72-73). Com o passar do tempo e a reprodução contínua dessa orientação inicial, o que era apenas preparatório tornou-se *de facto* nossa tradição filosófica. Em nossos departamentos, por influência da USP, filosofia passou a significar ruminação de textos, leitura, interpretação e comentários de textos filosóficos. Desde então nossos artigos científicos, comunicações, dissertações e teses seguem rigidamente a linha do “o conceito X na obra Y do autor Z”, sendo o autor Z via de regra um europeu ou, mais recentemente, um norte-americano.

A exegese quase escolástica de textos filosóficos seria, a nosso ver, o “denominador comum” que ligaria nossas obras filosóficas, formando uma tradição filosófica nacional. A USP formou uma tradição filosófica baseada na leitura, interpretação e comentário de textos de filosofia estrangeira e cada geração vai passando a tocha para a outra, dando “continuidade literária” (Cândido, 1957, p. 24) a um modo de fazer filosofia que consiste em entender uma suposta “lógica interna” do texto, sua estrutura, visando compreender o autor e não julgá-lo ou criticá-lo. Tal tradição é que Margutti (2014) chama de *tradição exegética*.

O paradigma uspiano não era o único existente, existiam outros, mas que não se consolidaram. Existia a proposta do IBF que ia contra a orientação uspiana da inexistência de uma filosofia brasileira, defendendo o legado dos que eram tidos como filósofos brasileiros, como Farias Brito (1862-1917) e Tobias Barreto (1839-1889), e de perfil político conservador⁵. Por sua vez o ISEB⁶ de Álvaro Vieira Pinto (1909-1987) e Roland Corbisier (1914-2005) defendia uma filosofia relativa à nossa “realidade nacional”, quer dizer, concordavam com os uspianos acerca da inexistência de uma filosofia nacional, porém contra eles defendiam que cabia aos filósofos dotar o país de uma filosofia que seria a “consciência da nação” em seu processo de desenvolvimento e independência⁷. Porém, por motivos diversos, como

5 “Fundado e mantido pela classe patronal, o Instituto (Brasileiro de Filosofia) só poderia ter uma diretriz conservadora” (Corbisier, 1978, p. 80).

6 O Instituto superior de Estudos Brasileiros foi um órgão criado em 1955 e estava vinculado ao MEC. Defendia ideias nacionalistas e desenvolvimentistas, dando suporte ideológico aos governos desenvolvimentistas de Juscelino Kubistchek e João Goulart. Foi fechado pelo golpe de 64.

7 O projeto isebiano de uma filosofia nacional foi duramente criticado por dois expoentes da tradição uspiana, Gerard Lebrun em *A realidade nacional e seu equívoco* (1962) e Bento Prado Júnior em *O problema da filosofia nacional* (1969).

o golpe de 64 (que acabou com o ISEB), foi o modelo uspiano que se estabeleceu e se tornou o paradigma, assim, “nos últimos sessenta anos, esse projeto pedagógico serviu de paradigma para uma grande parte das instituições universitárias brasileiras, marcando assim o presente quadro de pesquisa filosófica no país” (Margutti, 2014, p. 399). Tal tese é endossada por autores como Lima Vaz (1997) e Ivan Domingues (2017).

A tradição exegética uspiana, apesar de ter méritos, acabou prejudicando o desenvolvimento filosófico autônomo entre nós ao castrar a criatividade dos nossos pesquisadores em filosofia. Tal tradição nos limitou a condição de interpretes, comentadores e divulgadores de filosofia, mas não de filósofos propriamente ditos.

O método estrutural de leitura de texto, espinha dorsal da nossa cultura filosófica, garantiria uma compreensão objetiva e rigorosa dos textos, disciplinando a suposta mente ainda desregrada dos nossos aspirantes a filósofos. Por esse método o objetivo não é avaliar se os conceitos hegelianos ou kantianos são ou não verdadeiros e nem em se comprometer com qualquer interpretação da realidade, seu compromisso é com a compreensão da estrutura interna do texto. Tal orientação filosófica de origem francesa foi criticada e superada na França do pós-segunda guerra mundial, mas foi preservada e promovida no Brasil convertendo-se em nossa tradição filosófica através da USP. Esta orientação estrutural dotou nossos “espíritos” filosóficos rebeldes de disciplina e rigor acadêmico, rompendo com nossa tradição ensaísta⁸ ao mesmo tempo em que foi responsável por reduzir nossa criatividade e iniciativa filosófica, nos tornando dependentes do texto a ser citado e de um filósofo de referência. Com isso deixamos de formar filósofos para formar kantianos, hegelianos, nietzschianos etc.

A tradição filosófica uspiana ainda ensina que é preciso entender o texto *no texto*, entender sua lógica intrínseca e não sua referência à realidade extratextual, como a realidade ou contexto histórico⁹. A noção aristotélica de escravidão natural ou da inferioridade feminina não é para ser criticada, mas entendida e com isso se cultivou uma cultura que restringiu e desestimulou a principal atitude filosófica: a da crítica. Não cultivamos uma cultura filosófica que forma sujeitos aptos a criar conceitos e elaborar autonomamente hipóteses e teorias, mas em saber (e muito bem) ler, interpretar e citar um texto. Em suma, formamos uma tradição filosófica que forma filósofos que estudam filosofia, mas não produzem filosofia.

A tradição exegética da qual somos irrefletidos continuadores, define o texto como um código secreto a ser decifrado e respeitado e não como um interlocutor e por isso não dialogamos com os textos filosóficos, mas os “escutamos” e saímos contando

8 Fazendo com que entre nós acabasse por predominar “o espírito escolástico e o horror ao ensaísmo” (CEI, 2014, p. 12).

9 “Em resumo, adotávamos um método de inegável valor propedêutico, porém especializado em produzir o vácuo histórico em torno do discurso filosófico, cuja autonomia se devia preservar” (Arantes, 1994, p. 19).

para os outros o que ele nos disse. Temos sérias dificuldades em problematizar os textos filosóficos e quando somos, por qualquer motivo, levados a responder uma pergunta de alguém sobre algo exterior ao texto temos sérias dificuldades, pois não fomos preparados para isso, nos movimentando nos limites estreitos da textualidade. Aprendemos a interpretar, a comentar, a como citar, mas não a argumentar porque nossos professores de filosofia, assim como os professores deles em seus departamentos não foram preparados para discutir problemas filosóficos e sim para ler, interpretar textos e comentá-los. O fundamental é entender o que o autor quis dizer, deixando de lado o básico que é perguntar-se se concorda ou discorda com o que foi dito e porque sim ou não, ou seja, não aprendemos julgar e questionar, uma atitude filosófica basilar precária em nossa tradição.

A filosofia brasileira ao ter como fio condutor a exegese textual acabou por incentivar em nós muito mais o hábito da leitura do que o da escrita, nos fazendo muito mais *leitores* de filosofia do que escritores. Nossa orientação incentiva a leitura ao defender que é preciso ler tudo do e sobre o autor para poder dar uma palavra sobre o mesmo, caso contrário corre-se o risco de errar na interpretação de sua teoria filosófica. Criamos o que Paulo Arantes define como um “sistema de inibições” (Arantes, 1994, p. 22) em que não se pode criticar uma teoria ou autor, pois é preciso primeiro *entender* o que o autor quis dizer o que pressupõe ler tudo, e com isso o momento de pensar e falar por si é continuamente adiado e dificultado por medo de errar por não ter lido e entendido o autor. Com isso nos tornamos filosoficamente prudentes e com um medo patológico de tentar inventar, de arriscar criar conceitos, afinal tentar implica em poder errar e ter que falar e escrever algo sem nenhuma referência a não ser seu próprio pensamento, “o certo, (...) é que tanta prudência foi aos poucos se convertendo numa franca timidez” (*Ibid.*, p. 22) fomentando a nossa tradição exegética e postergando a autonomia intelectual, o momento iluminista de *pensar por si mesmo*.

Devido à importância e influência do departamento uspiano de filosofia a CAPES, órgão que avalia e disciplina os cursos superiores brasileiros, estabeleceu como critérios de avaliação dos cursos de filosofia no Brasil os padrões uspianos e por isso acabou promovendo essa tradição exegética e inibindo a criatividade filosófica brasileira, pois são “critérios muito rígidos” que tolhem, ao invés de facilitar “o aparecimento de qualquer forma mais criativa de fazer filosofia. Na verdade, pensadores como Sócrates, Platão, Nietzsche e Wittgenstein não teriam seus trabalhos aprovados, caso fossem avaliados com os critérios da CAPES” (Margutti, 2014, p. 399). Com o espaço para a criatividade e originalidade dificultado desde a base, parece que o máximo de originalidade que podemos nos arriscar é em uma interpretação original de um filósofo respeitado internacionalmente, que via de regra é europeu ou norte-americano.

Atualmente a nossa tradição exegética está sendo questionada, ainda timidamente, mas já é criticada. É interessante que um dos críticos do paradigma uspiano tenha sido um dos seus maiores promovedores e defensores no período de consolidação dessa tradição. Em 1999 Oswald Porchat em discurso aos estudantes de filosofia na USP fez um *mea culpa* e afirmou que nos departamentos de filosofia brasileiros não se faz filosofia, mas história da filosofia baseada na interpretação textual (Porchat, 1999, p. 131-33). Tal modelo teria cumprido seu papel propedêutico, mas já estaria na hora de avançar para o momento criativo, de elaboração filosófica autônoma e original, superando a tradição exegética e o paradigma uspiano que forma *especialistas*, mas não filósofos.

O especialista em filosofia

No Brasil, devido à influência do paradigma uspiano (e conseqüentemente do método estrutural francês), nos departamentos de filosofia a figura do *filosofante*,¹⁰ que escrevia ensaios de modo amador e de acordo com a última tendência intelectual europeia, foi substituída pelo acadêmico profissional, treinado em sofisticadas técnicas de análise e interpretação de textos. Ao invés do ensaísmo amador, os departamentos de filosofia se profissionalizaram a maneira francesa de modo que o nosso autodidata ensaísta cedeu lugar ao especialista universitário.

O especialista é aquele que domina tudo sobre Platão ou Descartes e sempre pergunta sobre a referência de qualquer afirmação (ou negação) que o leigo faz. O especialista em filosofia é o proprietário das ideias do filósofo que ele pesquisa e se esforça para mostrar que ninguém entendeu o que *seu* autor quis dizer, mas que somente ele é seu interprete autorizado. Ele não pensa a partir de si, mas a partir do *outro*, que é o filósofo europeu ou norte-americano. Ele sabe tudo sobre o contexto do *seu* filósofo, se estuda Descartes, sabe mais da França seiscentista do que do Brasil atual, se é hegeliano sabe mais das invasões napoleônicas do que da Guerra do Paraguai. Em suma, vive com os pés no Brasil, mas com a cabeça fora.

O especialista em filosofia, que não é filósofo *strictu sensu*, toma o texto de filosofia como uma verdade revelada a ser interpretada rabinicamente. Os textos filosóficos são lidos não para ser discutidos, mas para serem comentados. Nós, como especialistas, não procuramos falhas no argumento do autor, mas compreendê-lo e interpretá-lo rigorosamente. Não nos esforçamos para debatermos e superarmos o autor do texto, ou mesmo para aprendermos com ele e utilizá-lo para fins especulativos pessoais, mas para sermos reconhecidos como um grande especialista em Kant ou Descartes, para sermos verdadeiros Maomé da filosofia: os únicos e legítimos profetas dos filósofos europeus.

10 “Não tivemos nem podíamos ter filósofos. Tivemos *filosofantes*, letrados que se afastaram, quase sempre, da nossa realidade, que fugiram da nossa história e do seu verdadeiro significado” (Costa, 1945, p. 14). Veremos que o especialista não foge a esse perfil distanciado da nossa realidade, sempre pensando para fora.

Para justificar suas posições de poder e sua autoridade intelectual os especialistas tentam dificultar um escrito filosófico ou convencer os imperitos ou novatos em filosofia que o texto é hermético, de difícil compreensão, que é necessário saber ler no original, o quanto as traduções não são confiáveis, que todo “tradutor é traidor” e que só posso entender um filósofo se ler *toda* sua bibliografia, se entendi seu contexto e conheço sua correspondência intelectual, ou seja, preciso me dedicar única e exclusivamente a um autor, fazendo disso o trabalho da minha vida, esperando o julgamento de outros especialistas para enfim ser reconhecido como um deles. Com isso acabamos limitando os “debates” filosóficos no Brasil a interpretações de conceitos e de assuntos em um determinado filósofo, cada especialista insistindo o quanto sua leitura é a melhor e mais correta do que a de outro especialista, que o que comentador X diz de Y não é correto, que “as coisas não são bem assim”, que é preciso entender o contexto, depende da tradução etc.

Quando o neófito em filosofia escuta ou lê o especialista falando da dificuldade de entender um conceito ou compreender um livro que são como códigos confidenciais que poucos iniciados conseguem decodificar, o aspirante sente-se intimidado e com receio de dizer alguma coisa, por medo de dizer algum absurdo e escutar as conhecidas perguntas feitas de praxe pelo especialista “onde você leu isso?”, “de onde tirou isso?”, “quais suas referências?”, enfim, fica parecendo que pensar por conta própria é um crime, algo que somente o *outro*, o europeu, tem permissão e nós não.

Em certo sentido os departamentos de filosofia no Brasil se assemelham a Igreja Católica em sua defesa do monopólio da interpretação da Bíblia, assim como somente o padre é autorizado a ler e interpretar o texto sagrado, somente o especialista em Kant tem autoridade para decidir a leitura correta da *Crítica da Razão Pura*. Por vezes é possível que o kantiano brasileiro “entenda” mais o texto de Kant do que o próprio.

O especialista depende e é favorecido pelo nosso narcisismo às avessas. Ele precisa reforçar a impossibilidade do desenvolvimento de uma filosofia nacional para manter seu *status quo* e preservar seus privilégios acadêmicos. Ele precisa nos convencer que filosofia não é coisa para nós e que só resta sermos glosadores de textos filosóficos europeus. E um desses artifícios é o desmerecimento da nossa língua portuguesa direta ou indiretamente. Por isso a questão da tradução e da linguagem é capital para o nosso mandarinato filosófico.

Os nossos peritos em filosofia se dedicam a querelas de tradução em detrimento do debate e da argumentação, e para justificar sua posição de autoridade insistem que só é possível compreender corretamente o autor se lê-lo no original. Se isso for verdade a maioria das pessoas estão condenadas a nunca entender Kierkegaard, afinal não existem muitos cursos de dinamarquês por aí, ou os trabalhadores jamais

serão marxistas, pois dificilmente aprenderão alemão e por uma questão de tradução a revolução estaria fadada ao fracasso. Além disso, desmerece o trabalho de tradução que é um trabalho bastante sério e difícil e que contribui com a democratização do conhecimento. Se no Brasil as obras filosóficas não tivessem sido traduzidas, continuando a chegar até nós apenas as versões francesas ou originais dos filósofos, ainda estaríamos excluindo do conhecimento filosófico a maioria da população. Com isso não quero dizer que ler no original é desnecessário, não é isso. Apenas defendo que não precisamos saber alemão, francês ou inglês para elaborar um pensamento autônomo e para fazer filosofia. Os gregos iniciaram a filosofia na língua deles e não na de outros.

Como dito anteriormente, nossa tradição uspiana acabou criando um verdadeiro sistema de inibições que promove entre nós um medo patológico do erro, como se errar fosse algo inaceitável. Ao temermos o erro nós acabamos não tentando, não nos arriscamos, mantendo uma postura cautelosa no que se refere a qualquer iniciativa filosófica. Evidentemente que o achismo e os equívocos devem ser *evitados*, mas eles são *inevitáveis*. Nós sempre teremos opiniões sobre um determinado assunto ou tema, o que importa é saber sustentar essa opinião com argumentos convincentes ou mudar de opinião diante de argumentos melhores. Do mesmo modo com o erro. O problema não é errar, mas permanecer no erro, afinal *Errare humanum est, perseverare autem diabolicum!*

Ninguém duvida da estatura filosofia de Hegel, pode-se discordar dele ou criticá-lo, mas somos obrigados a reconhecer seu mérito intelectual enquanto filósofo. Pois bem, Hegel na sua *Filosofia do Direito* comete uma gafe intelectual que não seria tolerada pelos nossos especialistas em filosofia. Ele interpreta de forma completamente equivocada a noção de vontade geral de Rousseau. Segundo Hegel, o filósofo suíço teria entendido corretamente que a vontade é o princípio do Estado, mas teria errado ao fazer da vontade individual e da maioria e não da vontade enquanto tal o fundamento do Estado. O contratualismo de Rousseau derivaria dessa concepção equivocada da vontade geral, que faria da vontade da maioria, o coletivo, o elemento fundante do Estado. Diz Hegel,

[...] Rousseau teve o mérito de ter estabelecido como princípio do Estado um princípio que não apenas segundo sua forma [...], porém segundo o conteúdo é *pensamento*, e de fato é o próprio pensar, a saber, a *vontade*. Visto que ele apreendeu a vontade somente na forma determinada da vontade *singular* (como também posteriormente Fichte) e a vontade universal não enquanto o racional da vontade em si e para si, porém apenas enquanto o *coletivo*, que provém desse vontade singular *enquanto consciente*: assim a união dos singulares no Estado torna-se um *contrato*, que com isso tem por fundamento seu arbítrio, sua opinião e seu consentimento expresso caprichoso [...] (grifo no original) (Hegel, 2010, §258).

Ora, Rousseau diz exatamente o contrário do que Hegel interpreta,¹¹ ou seja, Hegel *leu e entendeu errado o conceito rousseauiano*. Isso diminui o mérito de Hegel? Evidentemente que não, porque o que interessava a ele não era ser o melhor intérprete de Rousseau, mas desenvolver um argumento contra o voto *per capita* e o contratualismo. Por qual motivo aludimos a essa falha exegética de Hegel? Para mostrar que os filósofos são falíveis e que eles não só podem como de fato erraram. O erro não é e nem deve ser um privilégio dos europeus e norte-americanos, nós também podemos falhar, o importante é não persistirmos no erro e estarmos aberto à correção. Em suma, o fundamental da atividade filosófica não é a interpretação, mas a *argumentação*.

Não é saber ler no original ou o número de citações e notas de rodapé no artigo científico que caracterizam a atividade filosófica, mas a capacidade de *argumentação*. Ao filósofo interessa levar até as últimas consequências a prática discursiva racional no que Robert Brandom caracteriza como um jogo de dar e pedir razões, “a ideia geral é que a racionalidade que nos qualifica como *sapientes* (...) pode ser identificada como sendo um jogador no jogo social, *implicitamente normativo* de oferecer e avaliar, produzir e consumir razões (grifo nosso)” (Brandom, 2013, p. 95). Em suma, filosofia nunca foi e continua não sendo leitura e interpretação de texto do filósofo X ou Y, e por mais que seja difícil estabelecer uma definição geral do que seria a filosofia, podemos concordar que se Platão, Hegel e Marx são filósofos, eles fizeram qualquer coisa menos exegese de textos como nós praticamos em nossos departamentos como se fosse filosofia.

Sapere aude Brasil!

Era “natural” que nossos intelectuais copiassem modelos teóricos europeus, afinal o Brasil não é invenção dos nativos, mas dos portugueses que transplantaram da Europa para a América um mundo inteiro que foi imposto e se mesclou ao mundo já existente dos indígenas e ao do africano através dos escravos. Por conta da colonização as nossas ideias em sua maioria, também vieram de fora. Entretanto, o pensamento sofre as influências da realidade e por isso as ideias europeias não foram simplesmente copiadas, mas adaptadas, seja para serem transformadas ou para serem deformadas (Costa, 1956, p. 14).

Um dos problemas da filosofia no Brasil é que ela ao invés de adaptar as ideias a nossa realidade acabou permanecendo apenas no plano da “ideia”, sem conexão com a nossa vida e por isso, entre nós, a filosofia, diferentemente da literatura e da sociologia, permaneceu distante da nossa experiência concreta.

11 Na obra *Do contrato social* Rousseau faz questão de distinguir vontade geral de vontade da maioria ao dizer que a maioria pode errar, mas que a vontade geral é infalível. Segundo Rousseau as diferenças entre vontade geral e vontade da maioria são que a primeira “olha somente o interesse *comum*, a outra o interesse *privado*, e outra coisa não é senão *soma de vontades particulares*; (grifo nosso)” (Rousseau, 1978, p. 41).

As ideias filosóficas que em seu lugar de origem são universais concretos (Hegel, 2012, §163-165) aqui ao se desconectar da efetividade tornam-se universalidades abstratas, estranhas aos leigos, um discurso vazio sem significado. O conceito de razão comunicativa de Habermas, por exemplo, que diz algo sobre a experiência sócio-política alemã do pós-guerra, quase nada tem a ver com a nossa experiência e realidade nacional marcada pela ausência do diálogo nas relações entre as classes e com o Estado, onde o *welfare state* nunca foi uma realidade. Assim um “filósofo” que se limite a ler e interpretar o que Habermas disse e escreveu não dialogará com a realidade brasileira e nem se inserirá no debate nacional. A filosofia tornar-se-á um aspecto da vida cultural brasileira, como fez a literatura no século XIX, quando pensar a nossa experiência e realidade, adaptando ou redefinindo os conceitos europeus para nosso contexto ou, o que seria o ideal, elaborando conceitos que deem conta da nossa experiência social, destacando o que nela existe de específico, mas também de universal, como foi capaz de fazer a literatura brasileira ao dotar de universalidade a experiência e existência nacional nas obras de Machado de Assis, Lima Barreto e Graciliano Ramos, por exemplo.

Sem relação alguma com seu contexto a filosofia se perde em generalidades abstratas que não fazem sentido para os outros sujeitos que vivem no mesmo lugar que o filósofo, inviabilizando o diálogo e a troca de ideias. A filosofia tem, desde o princípio, a vocação para o universal, mas para o universal concreto, que é uma universalidade existente inseparável do particular e por isso é real. A filosofia grega ou alemã, aqui tomadas como exemplo, são universais sem deixar de serem particulares, isto é, grega e alemã. Expressam questões universais, pertinentes para todo o gênero humano, mas de uma perspectiva específica, a deles próprios. Os filósofos gregos e alemães pensaram Deus, a sociedade, a liberdade, o ser etc., de seus respectivos contextos sem cair em um particularismo carente de universalidade, mas elaboraram conceitos e noções universais concretas, apreendendo seu tempo e espaço no conceito.

Pode-se objetar nosso argumento dizendo que filosofia lida com conceitos universais e por isso não é limitada por fronteiras, que o pensamento não é propriedade de nações ou de cultura alguma, mas patrimônio humano e que, portanto, falar em uma filosofia nacional seria uma contradição, pois sendo a filosofia algo de universal, não poderia existir algo como uma filosofia brasileira. Mas podemos contra argumentar referindo-se a alguns exemplos. O Idealismo alemão é um movimento filosófico genuinamente alemão ou uma manifestação da racionalidade humana em si? Se pertence a humanidade, porque se chama idealismo alemão? E o empirismo não seria uma expressão do modo de ser e pensar mais pragmático dos britânicos, assim como o pragmatismo seria a versão filosófica do *american way of life*? Por quais motivos alemães, britânicos e norte-americanos tem direito as suas filosofias que expressam seus respectivos modos de pensar e nós brasileiros não? É

interessante que o argumento da universalidade da Razão só vale quando é para criticar tentativas de elaboração filosófica em países da periferia do sistema, mas nas metrópoles as teorias filosóficas todas tem nacionalidade bem definida.

A experiência filosófica brasileira é carente de tentativas de pensar o universal a partir daqui, do nosso contexto particular, tornando significativo para nós as questões filosóficas próprias do gênero humano de uma perspectiva brasileira, enraizada e não alienada. De fato, apesar de poucas, tentativas não faltaram e não faltam. O professor Cruz Costa (1904-1978) defendia uma filosofia mais voltada para a prática do que para questões metafísicas, devido nossa suposta vocação pragmática herdada dos portugueses, hipótese pertinente que na Bahia está sendo desenvolvida à sua maneira pelo professor José Crisóstomo de Souza e sua proposta de uma *poiética-pragmática* e defesa da filosofia como coisa civil. O trabalho do professor Paulo Margutti que busca expor obras literárias brasileiras que expressam intuições filosóficas, como as de Machado de Assis e Carlos Drummond de Andrade (CEI, 2014, p. 08) e a experiência isebiana da filosofia como consciência nacional. Infelizmente todas essas tentativas pretéritas e atuais são prejudicadas e eclipsadas por nosso narcisismo às avessas que desconfia de tudo que é nacional e também devido a força da nossa tradição uspiana que promove a prática da exegese ao invés da criatividade filosófica.

A filosofia existe devido a capacidade humana de questionar e querer explicar a si mesmo, seu mundo e a própria existência. Enquanto tais questões chamarem a atenção humana, causando espanto e despertando sua curiosidade, a filosofia existirá. Nosso problema é que não pensamos a nós mesmos, brasileiros, mas o europeu que é o nosso outro, não pensamos nosso mundo, mas o mundo do outro lado do Atlântico que não é o nosso. Até a existência é pensada pela perspectiva e nos termos do outro, do europeu e do norte-americano. Precisamos (e podemos) pensar daqui, do nosso contexto.

Desconectada da nossa realidade, a filosofia acaba sendo desvalorizada culturalmente em nosso país, mas por motivos compreensíveis. Afinal o que reflexões, conceitos e noções referentes ao contexto europeu têm de relevante para o brasileiro médio? Pouco ou quase nada. Significa que devemos abdicar do diálogo com as ideias estrangeiras, nos fechando em nossa própria experiência nacional? Evidentemente que não. Trata-se de ou adaptar os conceitos externos a nossa realidade interna, de modo antropofágico, ou pensar e criar nossos próprios conceitos tendo por base não só a tradição filosófica legada pela Europa, mas a experiência e realidade brasileira. A nossa literatura conseguiu esse feito de adaptar a forma estética exterior ao conteúdo interno. O realismo de Machado de Assis, por exemplo, expressa bem essa capacidade de utilizar a forma literária estrangeira para expressar o conteúdo nacional em uma síntese literária significativa não só para uma elite intelectual, mas para as camadas populares. Bentinho e Capitu estão, literalmente, na boca do povo,

pois significam algo para nós brasileiros (com suas especificidades que são nossas) e para os estrangeiros, ao exprimir questões universais e não apenas locais, como o ciúme, infidelidade e masculinidade. A filosofia, diferentemente da literatura, ainda não conseguiu essa proeza antropofágica, permanecendo alheia a nossa existência ao deter-se na interpretação de ideias vinda de fora, sem relacioná-las com nosso contexto ou condição.

A filosofia é pensamento sobre algo, seja sobre algo externo ao pensamento ou sobre o próprio pensamento, em todo caso a filosofia depende de algo a ser pensado. Mesmo quando o filósofo pensa o próprio pensar, é um pensamento de um sujeito que não pensa no vazio, mas que pensa em um determinado contexto, em uma determinada língua, ou seja, que pensa a partir de uma realidade. Logo, “a filosofia não é mera especulação no vácuo ou simples jogo de conceitos abstratos. É trabalho sobre a experiência (...)” (Costa, 1956, p. 22). Sendo obra do pensamento a filosofia não é externa ao mundo, mas profundamente mundana. Os sujeitos filosofam para entender e explicar o mundo que eles vivem, compreendendo e elucidando a si mesmo e o sentido da existência, portanto, é uma epopeia humana que “se expressa, fragmentada, de modo sutil, mas cujas raízes estão na terra” (Costa, 1956, p. 24). Quando limitamos a atividade filosófica a leitura, interpretação e comentário de textos desconexos da vida e da sociabilidade, nós estamos descaracterizando a filosofia, indo contra a origem e vocação mundana da busca pelo saber que é a filosofia.

A superação do nosso modo de fazer filosofia legado pela tradição exegética pressupõe a coragem de saber e uma atitude crítica, “uma atitude pela qual o indivíduo possui uma determinada liberdade de juízo (que, todavia nunca é absoluta ou infalível) em relação àquelas mesmas crenças e técnica que tomou da tradição” (Abbagnano, 1962, p. 928). Defendemos que para realmente se produzir filosofia no e do Brasil, criando uma cultura filosófica de língua portuguesa entre nós, que é necessário essa atitude crítica de romper com nossa herança uspiana, assim como os gregos no princípio perpetraram uma ruptura com sua tradição mítica. Essa ruptura não é possível caso o nosso complexo de inferioridade, o nosso narcisismo às avessas, não seja superado, pois é a desconfiança que temos de nós mesmos e de nossas próprias capacidades que mais influenciam na preservação dessa cultura filosófica dependente, que por medo de errar prefere interpretar e comentar a arriscar-se a pensar, a ousar saber.

Kant definiu o esclarecimento como a capacidade de fazer uso de seu próprio entendimento sem direção de outro, o contrário ele definiu como imaturidade, a falta de vontade ou coragem de “pensar por conta própria” servindo-se de sua própria razão. Para ele a imaturidade intelectual é confortável, pois me desresponsabiliza de tomar minhas próprias decisões e elaborar minhas próprias noções e concepções, tomando sempre do outro o que quero e o que penso. Assim, “é difícil para qualquer

peessoa conseguir sair dessa imaturidade que se tornou quase uma segunda natureza para ela. (...), sente-se verdadeiramente incapaz de fazer uso de sua própria razão, porque nunca se permitiu ou foi autorizada a experimentá-la” (Kant, 2012, p. 14). Parece que nosso narcisismo às avessas e a nossa tradição filosófica uspiana promovem nossa imaturidade intelectual ao nos fazer duvidar das nossas próprias capacidades e por nos orientar a fazer exegese ao invés de fazer filosofia. Uma cultura e experiência filosófica brasileira exige acima de tudo a coragem de fazer uso de sua própria razão, o *sapere aude* que é, segundo Kant, o lema do esclarecimento.

Espero que este humilde, porém sincero escrito sirva para pelo menos despertar algum tipo de inquietação em relação ao nosso modo uspiano de fazer filosofia, baseado na leitura, interpretação e comentário de texto. Uma tradição que já deu o que tinha de dar e já se esgotou.

Referências bibliográficas:

- ABBAGNANO, N. 1962. *Dicionário de filosofia*. Tradução de Alfredo Bosi com a colaboração Mauric Cunio et al. 2º edição. São Paulo: Mestre Jou.
- ARANTES, P. E. 1994. *Um departamento francês de Ultramar: estudos sobre a formação da cultura filosófica uspiana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- BRANDOM, R. 2013. *Articulando razões: uma introdução ao inferencialismo*. Tradução de Agemir Bavaresco et al. Porto Alegre: EDIPUCRS.
- CÂNDIDO, A. 2000. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. 6º edição. Belo Horizonte: Editora Itatiaia Ltda.
- CEI, V. 2014. *A tarefa da filosofia brasileira: entrevista com Paulo Margutti*. Outramargem: revista de filosofia, Belo Horizonte, n.1, 2º semestre de 2014.
- CORBISIER, R. 1978. *Autobiografia filosófica: das ideologias à teoria da práxis*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- COSTA, J. C. 1945. *A filosofia no Brasil – Ensaios*. Porto Alegre: Livraria do Globo.
- _____. 1956. *Contribuição à história das ideias no Brasil*. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora.
- DOMINGUES, I. 2017. *Filosofia no Brasil: legados e perspectivas – ensaios metafilosóficos*. São Paulo: Editora UNESP.
- HEGEL, G.W.F. 2010. *Linhas fundamentais da filosofia do Direito*. Tradução de Paulo Menezes et al. São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS.
- _____. 2012. *Enciclopédia das ciências filosóficas: em compêndio (1830) volume I*. Texto completo, com os adendos orais, traduzidos por Paulo Menezes com a colaboração do Pe. José Machado. 3º edição. São Paulo: Edições Loyola.
- HOLANDA, S. B. 1995. *Raízes do Brasil*. 26º edição. São Paulo: Companhia das Letras.
- KANT, I. 2012. *Uma resposta à pergunta: o que é o iluminismo?* In: Filosofia da história; textos extraídos das obras completas de Kant. Tradução de Cláudio J. A. Rodrigues. São Paulo: Ícone.
- MARGUTTI, P. 2014. *Sobre a nossa tradição exegética e a necessidade de uma reavaliação do ensino de Filosofia no País*. Kriterion: Revista de filosofia, Belo Horizonte, n° 129, p. 397-410, Junho/2014.
- PORCHAT, O. 1999. *Discurso aos estudantes de filosofia da USP sobre a pesquisa em filosofia*. Dissenso - Revista de Estudantes de Filosofia, São Paulo, DF-FFLCH-USP, N° 2, p. 131-140, 1o Sem.
- RODRIGUES, N. 1993. *À sombra das chuteiras imortais*. São Paulo: Cia. das Letras.
- RODRIGUES, N. 1993. *O óbvio ululante: primeiras confissões crônicas*. São Paulo: Companhia das Letras.

- ROUSSEAU, J.-J. 1978. *O Contrato social e outros escritos*. Introdução e tradução de Rolando Roque da Silva. São Paulo: Editora Cultrix.
- VAZ, H.C.L. 1997. *Filosofia e forma da ação (entrevista)*. Cadernos de filosofia alemã, v. 2, p. 77-102.

Revista digital: www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/modernoscontemporaneos

Sistema de Avaliação: revisão por pares “duplo-cego” (Double Blind Review)
Recebido em 20 / 04 / 2020. Aprovado em 02 / 06 / 2020.



This is an open-access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License.